

Constituinte rejeita desapropriação de terras produtivas

Janio de Freitas

O risco é ainda maior

Uma espécie de congelamento de preços que não aparente congelamento de preços, para não suscitar a reação exaltada do grande empresário, mas justifique a contenção drástica das correções salariais como se fosse um congelamento de preços — eis, reduzida a miúdos, a fórmula que os laboratórios governamentais procuram em sigilo, discutindo-a na área econômica por seu lado técnico e, no Planalto, por seus possíveis efeitos políticos.

As vésperas de reabrir as portas nacionais para uma missão do FMI, os técnicos da economia e os estrategistas políticos do Planalto desejam, por igual, mostrar-se bons anfitriões, apresentando os visitantes com o atendimento máximo possível de suas exigências. Não se entendem, porém, sobre a maneira de fazê-lo. A depender dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, cujas demonstrações de impaciência já não fazem cerimônia, sucessivos decretos-leis estariam fulminando tudo o que lhes pareça de algum modo inconveniente. A dúvida, no entanto, assalta os estrategistas do Planalto.

Além de vários dos seus imediatos, o próprio presidente Sarney considera problemático o lançamento imediato de medidas que introduzam alterações profundas. A missão do FMI está chegando, é verdade, mas a decisão do seu mandato pela Constituinte, também. Mexer demais nesta situação que tem gerado protestos controláveis e, mal ou bem, dá para tentar até a votação do mandato, parece ao Planalto abrir riscos inconvenientes e, por ora, desnecessários. Nesta linha de raciocínio, a providência a ser adotada é a tentativa de adiar a chegada do FMI. Se impossível obtê-la, a tática proposta pelos estrangeiros é a de assumir com o Fundo o compromisso de atender a todas as suas exigências fundamentais — mas depois de decidido o mandato.

Os ministros da Fazenda e do

Planejamento contra-argumentam que a situação, tanto por seus problemas internos como externos, está exigindo decisões imediatas, que além do mais, a seu ver, só fortaleceriam o presidente. Mailson e Abreu ouvem como resposta, invariavelmente, que devem ter as providências prontas para que sejam aplicadas se a Constituinte aprovar os cinco anos. Até lá, só o que não produza efeitos sobre esta decisão.

Vê-se, pois, que se saírem os cinco anos, como é muito provável, não bastaria isto.

Os políticos

Como existe uma Constituinte em plena atividade e os ministros do Exército, da Aeronáutica e da Marinha assumiram com o compromisso primordial de despolitizar e profissionalizar as respectivas corporações, o general Leonidas Pires Gonçalves, o brigadeiro Otávio Moreira Lima e o Almirante Henrique Saboya reúnem-se hoje para tomar decisões a respeito do mandato de Sarney.

Achado

Modesto, o professor Mário Henrique Simonsen comenta assim a sua experiência como regente da Orquestra Sinfônica Brasileira: "A OSB é tão boa que resiste até à regência de um economista."

Na verdade, o professor fez, ali, a mais importante descoberta da Ciência Econômica Aplicada: descobriu algo que resiste à orientação de economistas.

Tudo em casa

De um dirigente da UDR, um tal Paulo Carneiro Leão: "A UDR tem tanto dinheiro para financiar seus candidatos que está até saindo pelo ladrão."

O dinheiro, então, está saindo da UDR pelo mesmo portador que o levou.

Da Sucursal de Brasília

O Centrão conseguiu ontem retirar do capítulo da reforma agrária a possibilidade de desapropriação de terras produtivas, mesmo para as propriedades que não cumpram o conjunto de requisitos da "função social". Mais do que o próprio Centrão, a União Democrática Ruralista (UDR) e seu presidente, Ronaldo Caiado, foram os grandes vitoriosos com a decisão do plenário do Congresso constituinte. A UDR de Caiado foi quem forçou o Centrão a rejeitar as propostas de acordo a esquerda e do PMDB com o comando pelo senador Mário Covas (SP) e apostar numa vitória em plenário. Os ruralistas não aceitavam qualquer acordo que permitisse a desapropriação de terras produtivas.

A vitória do Centrão e da UDR começou a se desenhar no momento em que foi feito um acordo preliminar para a votação do projeto do relator Bernardo Cabral, elaborado depois que a reforma agrária caiu no chamado "buraco negro" (situação em que nenhum texto obtém os 280 votos). O Centrão negociou a aprovação do projeto de Cabral desde que o líder do PMDB, senador Mário Covas, desse os votos necessários à aprovação do requerimento de "destaque em votação em separado (DVS)" para o artigo que previa a desapropriação de terras produtivas. Com isto, o texto de Cabral foi aprovado por 528 votos contra 4 e afastou a possibilidade que a nova Constituição não tivesse um capítulo sobre a reforma agrária.

Depois do acordo, o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, permitiu que o Centrão apresentasse o (DVS) para o trecho que previa desapropriação. O acatamento do DVS obrigou a esquerda e o PMDB a conseguirem 280 votos da maioria absoluta para manter o artigo sobre a desapropriação de Cabral na nova Constituição. Covas aceitou o acordo por não ter garantia de que aprovaria o texto de Cabral sem os votos do Centrão.

A votação do DVS deu razão à posição de Caiado contrária a qual-



Parlamentares do Centrão comemoram a vitória de ontem no capítulo da reforma agrária no plenário da Constituinte

quer acordo que permitisse a desapropriação das terras produtivas. O placar mostrou que apenas 268 constituintes votaram pela manutenção da possibilidade de desapropriação, não conseguindo a maioria de 280 votos necessários para a aprovação. O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) anunciou, antes do resultado da votação, que o painel não havia registrado seu voto sim e Ulysses acatou a declaração. Por isto, a lista de votação assinala 267 votos contra o Centrão, que obteve 253 votos. Houve 11 abstenções. O texto do relator é bastante

semelhante ao de um acordo ocorrido na última semana entre dez partidos. Ao aprovar o texto de Cabral, o plenário manteve ontem a indenização em títulos da dívida agrária (TDA), que preservam o valor real da propriedade que podem ser resgatados em até vinte anos. As benfeitorias "úteis e necessárias", serão pagas em dinheiro.

As pequenas e médias propriedades rurais (as áreas serão definidas em lei) estão excluídas da reforma agrária. No caso da grande propriedade produtiva, a lei definirá normas "para o cumprimento dos

requisitos relativos à sua função social", mas não inclui a possibilidade de desapropriação, como queria a liderança do PMDB e os partidos de esquerda.

Os quatro critérios básicos para o cumprimento da função social, que ainda dependem de regulamentação em lei, são as seguintes: aproveitamento racional e adequado da terra, preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem estar do proprietário e dos trabalhadores.



O deputado Afif Domingos (PL-SP) passa no "corredor polonês", antes da votação de ontem da reforma agrária

Contag pressiona com "corredor polonês"

Do Sucursal de Brasília

Eram 15h e enquanto os "agro-boys" da UDR se dividiam entre as galerias e os gabinetes dos constituintes, no derradeiro corpo-a-corpo antes da votação da reforma agrária em plenário, 90 representantes de lideranças de trabalhadores rurais formavam um "corredor polonês" na entrada do acesso ao plenário, vindo dos anexos da Câmara onde estão instalados os gabinetes dos parlamentares e a secretaria do Centrão, "quartel-general" da UDR. Com refrões do tipo "reforma

agrária vem, reforma agrária vem, se não vem reforma agrária o Brasil perde também", as lideranças da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CPT (Comissão Pastoral da Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores), Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, aplaudiam os constituintes que passavam em direção ao plenário.

Numa das pontas do "corredor", uma figura em nada diferente dos trabalhadores rurais ali postados

distribua panfletos contra "a desapropriação da propriedade produtiva", sem ser incomodado. Também sem ser molestado passou, incólume, o deputado Afif Domingos (PL-SP), cumprimentado pelos ruralistas. Uma das coordenadoras da UDR Jovem, a morena Gracinha, não teve a mesma sorte. Identificada pelos lobistas da reforma agrária, recebeu vaias que suportou impávida, achando graça e atravessando a massa sem desequilibrar-se em cima de seus sapatos de salto alto. (Marcelo Xavier de Mendonça)